VILA MARIANA

GABINETE DO SUBPREFEITO

PORTARIA Nº 133/SP-VM/GAB/2016

JOÃO CARLOS DA SILVA MARTINS, Subprefeito de Vila Mariana, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

1 - Autorizar a Feira de Arte, Artesanato e Cultura de Moema, localizada na Praça Nossa Senhora Aparecida, a funcionar excepcionalmente entre os dias 01 e 31 de dezembro de 2016, restrita exclusivamente para expositores já credenciados, respeitando os horários já especificados (08h00 as 17h00).

2 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-209

SUBPREFEITURA VILA MARIANA
ENDEREÇO: RUA JOSE DE MAGALHAES, N 500
2016-0.210.878-2 DJG GAN CONSTRUcoes LTDA INDEFERIDO
INDEFERIDO POR PERDA DE OBJETO CONFORME DOCUMENTO
ÁSLCE_ORIENTAC_INDEFÂ INSERIDO NA PASTA DESPACHO_101116.

2016-0.100.625-6 ASSOCIACAO BENEFICIENTE FEMININA SIRIO LIBANESA

DEFERIDO
DEFERIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 E LEI 13.885/04.

2016-0.137.758-0 OCTAVIO DE SIGUEIRA ARQUITETURA S/S LTDA

DEFERIDO
DEFERIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92.

2016-0.152.041-3 RODRIGO PEREIRA LIMA

DEFERIDO
NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 E DECRETO 32.329/92.

2016-0.242.571-6 BARROCO INCORPORACOES E SERVICOS CONSTRUTIVOS LTDA

INDEFERIDO
INDEFERIDO NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 E LEI 16.402/16 FACE NAO APRESENTACAO DO REGISTRO DE IMOVEIS EM NOME DO REQUERENTE.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ENDEREÇO: .
PROCESSOS DA UNIDADE SP-VM/CPDU/AA

2016-0.044.454-3 DMM COMERCIO DE PRODUTOS EROTICOS LTDA ME

DEFERIDO
NOS TERMOS DA LEI 14.223/06 E DECRETO 47.950/06.

2016-0.044.461-6 DMM COMERCIO DE PRODUTOS EROTICOS LTDA ME

DEFERIDO
NOS TERMOS DA LEI 14.223/06 E DECRETO 47.950/06.

2016-0.054.598-6 SUSHI MASTER COM. DE ALIMENTOS LTDA

DEFERIDO
NOS TERMOS DA LEI 14.223/06 E DECRETO 47.950/06.

2016-0.054.599-4 SUSHI MASTER COM. DE ALIMENTOS LTDA

DEFERIDO
NOS TERMOS DA LEI 14.223/06 E DECRETO 47.950/06.

PROCESSOS DA UNIDADE SP-VM/CPDU/SFISC

2016-0.184.629-7 PROPERTY SERVICES E PARTICIPACOES LTDA

INDEFERIDO

A VISTA DA MANIFESTACAO DE FLS. 21, E, UMA VEZ COMPROVADO O ENVIO DA NOTIFICACAO E MULTA AO ENDEREÇO CONSTANTE DO CADASTRO IMOBILIARIO FISCAL CONFORME FLS. 22, NOS TERMOS DO ARTIGO 12 DA LEI 15.442/11 E DO DISPOSTO NO PARAGRAFO PRIMEIRO DO CITADO ARTIGO LEGAL, INDEFIRO O PEDIDO DE DEFESA EFETUADA ATRAVES DO PROCESSO 2016-0.184.629-7, MANTENDO, EM CONSEQUENCIA, O AUTO DE MULTA NUMERO 10-331.740-6.

2016-0.226.061-0 L.T.R. LONG TERM RENTAL S/S. LTDA INDEFERIDO

NO USO DAS ATRIBUICOES CONFERIDAS PELO ARTIGO 150 CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 16.402/16, INDEFIRO A DEFESA APRESENTADA ATRAVES DO PROCESSO NUMERO 2016-0.226.061-0, DEVENDO SER MANTIDO O AM 10-330.272-7, COM BASE NO PROPOSTO PELO SENHOR AGENTE VISTOR NA COTA DE FLS. 14 E NA INFORMACAO DELA CONSTANTE.

SAPOPEMBA

GABINETE DO SUBPREFEITO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2016-2-209

SUBPREFEITURA DE SAPOPEMBA
ENDEREÇO: AVENIDA SAPOPEMBA, 9064
PROCESSOS DA UNIDADE SP-SB/PE
2015-0.308.055-9 LUCIA DE FATIMA NETO MANSO INDEFERIDO
NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 15 DO DECRETO N 52.114/11 POR NAO ATENDIMENTO DE COMUNIQUE-SE NO PRAZO REGULAMENTAR.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

ENDEREÇO: AVENIDA SAPOPEMBA, 9064
PROCESSOS DA UNIDADE SP-SB/CPDU

2016-0.216.623-0 TATIANE SILVA DA CRUZ

DEFERIDO

O PEDIDO DE DESINTERDICAÇÃO DO IMÓVEL SITO A TRAVESSA LUIS DA VEIGA N 06 - FAZENDA DA JUTA - SP - SQL 153.154.0013-0 NOS TERMOS DO M EMORANDO CIRCULAR N 07/SMSP/SUOS/15, A VISTA DOS ELEMENTOS TECN ICOS APRESENTADOS NO PROCESSO N 2016-0.216.623-0 ASSINADOS POR PR OFISSIONAL HABILITADO COMPROVANDO A ESTABILIDADE E SEGURANCA DA E DIFICACAO E ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NA LEI MUNIC IPAL 11.228/92 E DECRETO MUNICIPAL 32.329/92.

CULTURA

GABINETE DA SECRETÁRIA

PROCESSO 1993-0.008.057-1

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL. Renovação do termo de convênio para concessão de subvenção.

A vista dos elementos constantes do presente, em especial da manifestação favorável da Comissão de Fiscalização de Subvenções Culturais - CFSC, à 584, bem como o parecer da

Assessoria Jurídica desta Pasta, com fundamento na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Municipal nº 11.919/1995, observadas ainda as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, **AUTORIZO** a renovação do ajuste para concessão de subvenção para ao exercício de 2016, estendível por mais um período de vigência, à **ASSOCIAÇÃO CULTURAL AMIGOS DO LASAR SEGALL**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.262.086/0001-52.

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO Nº 01/2016/SMC

Processo nº 1993-0.008.057-1

Partes: **PMSP/SMC** e **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU LASAR SEGALL**, inscrita no CNPJ **60.262.086/0001-52**, neste . As partes têm entre si ajustado o presente termo de renovação de concessão, nos termos da autorização contida no Despacho do processo administrativo supracitado. **Objeto:** O ajuste objetiva o desenvolvimento e a manutenção das atividades do Museu Lasar Segall, especialmente a guarda e conservação do acervo das obras artísticas de autoria de Lasar Segall. **Subvenção Anual:** R\$ 131.114,78 (cento e trinta e um mil, cento e quatorze reais e setenta e oito centavos).

EDUCAÇÃO

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 7.684, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

ALTERA A PORTARIA SME Nº 1.810, DE 24/02/16, ALTERADA PELAS PORTARIAS SME NºS 5.187, DE 22/07/16 E 7.333, DE 28/10/16, QUE DIVULGA OS VALORES DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS – PTRF, ÀS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES – APMS, DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DIRETA DE ENSINO, E APMSUACS DOS CENTROS EDUCACIONAIS UNIFICADOS – CEUS, PARA O ANO DE 2016.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO:

- a Lei Municipal nº 13.991, de 10 de junho de 2005, que institui o Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres das unidades educacionais da rede municipal de ensino;

- o previsto no §2º do art. 5º do Decreto Municipal nº 46.230, de 23 de agosto de 2005, que regulamenta a Lei nº 13.991/05, com as alterações do Decreto Municipal n.º 47.837, de 31 de outubro de 2006;

- o disposto no caput do art. 3º, da Portaria SME nº 4.554, de 11 de novembro de 2008, que estabelece procedimentos para transferência e prestação de contas dos recursos destinados à execução do PTRF;

- a importância de viabilizar recursos financeiros para a continuidade de programas da Secretaria Municipal de Educação e dos projetos das unidades educacionais da rede municipal de ensino;

- o levantamento de saldos bancários realizado nos meses de agosto e setembro deste ano pelas Diretorias Regionais de Ensino,

RESOLVE:

Art. 1º - O cálculo do valor de referência previsto para o 3º repasse a ser recebido por cada unidade permanece idêntico ao utilizado no 1º e 2º repasses de 2016, ou seja, será estabelecido por tipo de Unidade Educacional beneficiária e de acordo com o número de alunos matriculados, conforme o disposto na Portaria/SME nº 1.810/16, alterada pelas Portarias SME nºs 5.187/16 e 7.333/16.

Art. 2º - Os recursos serão transferidos de maneira complementar, de forma que o saldo bancário relativo ao PTRF será deduzido do montante a receber em cada Unidade Educacional.

Art. 3º - As UEs com saldos iguais ou superiores ao valor de referência calculado para o 3º repasse não receberão transferência de recursos, devendo utilizar para a manutenção das atividades previstas o saldo reprogramado resultante de repasses anteriores.

Art. 4º - Para melhor atender às necessidades das Unidades Educacionais, os repasses serão efetuados integralmente na dotação de custeio.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA Nº 7.685, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

CONSTITUI COORDENAÇÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA PROJÓVEM URBANO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA PORTARIA SME Nº 5.345, DE 17/08/15

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 10 da Portaria SME nº 5.345, de 17/08/15;

- a nomeação do Coordenador Municipal do Programa no SIMEC/MEC, a partir de 23/03/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Coordenação Municipal do Programa PROJÓVEM Urbano, constituída nos termos do artigo 10 da Portaria SME nº 5.345/15, composta por Profissionais de Educação da Rede Municipal de Ensino, conforme segue:

I – Coordenadora Geral:

Sabrina Teixeira - RF: 770.309-1

II – Assistente Administrativo:

Kenya Paula Gonsalves da Silva - RF: 722.459-1

III – Assistente Pedagógico:

Lisandra Cortes Pingo - RF: 691.467-5

Parágrafo único – A Coordenação Municipal referida no caput deste artigo terá como finalidade precípua a sua articulação com o Comitê Gestor Municipal, constituído pela Portaria SME nº 5.346/15, alterada pela Portaria SME nº 2.787/16, bem como a Coordenação Nacional de Inclusão de Jovens – PROJÓVEM Urbano.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/03/2016.

PORTARIA Nº 02 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016.

A Coordenadora da Coordenação de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 201 da Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979, alterada pela Lei nº 13.519, de 06 de fevereiro de 2003, e o disposto no Decreto nº 43.233, de 22 de maio de 2003,

RESOLVE:

I – Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro nomeado e secretaria do último:

- Lídia Maria Borges do Val, reg.func. 136.649.1

- Ana Maria Spreafico Moreno, reg.func. 137.089.8

- Ligia Alves de Lima Guerra, reg.func. 680.698.8

II – A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativa ao contido no P.A. nº 2016-0.254.884-2, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 dias.

III – Para cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados, levantamentos e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessário.

IV – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DOC DE 18/11/2016 PÁGINA 33.

COMUNICADO Nº1. 172, DE 17/11/2016

LEIA- SE COMO SEGUE E NÃO COMO CONSTOU:
COMUNICADO Nº1. 172, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

DESPACHOS DA SECRETÁRIA

SME

2016-0.241.428-5 - EMEF Vinte e Cinco de Janeiro - Autorização para acompanhamento de aluno na Olimpíada da Língua Portuguesa a ser realizada fora do Município de São Paulo. - I - Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984 e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, CONVALIDO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, a saída da servidora Eleny Josué Fernandes da Cunha, RF nº 721.651.3/1, da EMEF Vinte e Cinco de Janeiro, para acompanhar aluna daquela unidade educacional na Olimpíada da Língua Portuguesa, realizada no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na data de 08/11/2016-11/11/2016.

TID 15631264 - EMEI DONA ALICE FEITOSA - PJ - Autorização para visita fora do Município de São Paulo - I. Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984, e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, que os servidores: Marcos Aurélio da Costa Sousa, RF nº 713.114.3; Marili de Moura Mafra, RF nº 694.087.1 e Maria Margarida Santos, RF nº 774.328.9, listados às fls. 02, saiam do Município de São Paulo, afim de acompanhar os alunos em visita à Bichomania Parque Fazenda, localizado no município de Cotia - SP, no dia 22/11/2016. - II. A presente autorização fica condicionada ao atendimento das providências apontadas pela Assessoria Jurídica.

TID 15750337 - CIEJA SAPOPEMBA - SM - Autorização para visita fora do Município de São Paulo - I. Pela competência a mim delegada pelo artigo 1º, inciso IV, do Decreto nº 19.512, de 20/03/1984, e à vista de toda a instrução deste expediente, em especial da manifestação da Assessoria Jurídica de fls. retro, que adoto como razão de decidir, AUTORIZO, com fundamento no artigo 47 da Lei nº 8.989/79, que os servidores, listados às fls. 01, saiam do Município de São Paulo, afim de acompanhar os alunos em visita ao Quilombo de Caçandoca, localizado no município de Ubatuba - SP, no dia 19/11/2016. - II. A presente autorização fica condicionada ao atendimento das providências apontadas pela Assessoria Jurídica.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

PORTARIA Nº 7.666, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Portaria SME nº 2.622, de 24 de abril de 2013, publicada em DOC de 03/05/2013, que alterou a Comissão de Avaliação de Acúmulo de Cargos ou Funções na Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e conforme o que lhe representou a Diretora Regional de Educação da DRE FREGUESIA/BRASILÂNDIA.

RESOLVE:

Art. 1º - O Artigo 2º da Portaria nº 2.622, de 24/04/2013, fica alterado conforme segue:

EXCLUIR:

Nome	RF	Cargo
MAURICIO DE MELO PESSOA	583.294.2/5	PROF. DE EDUC. INF. E ENS. FUND. I

INCLUIR:

Nome	RF	Cargo
MARCIA REGINA BARRELLI	675.106.7/3	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIRITUBA

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - PIRITUBA /JARAGUÁ

PORTARIA Nº 102, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do PA nº 2016 –0.244.959-3, expede a presente Portaria:

Art.1º- Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º art. 7 da Deliberação CME nº 07/14, o funcionamento do CEI PADRE NENO, situado a Rua Agripiano Barros, nº 133, Jardim Marilu, São Paulo, mantida Associação Clube de Mães Raio de Sol, CNPJ 73.001.448/0001-01, com a finalidade de atender crianças na faixa etária definida no Plano de Trabalho da Instituição.

Art.2º- A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do PA nº 2014 – 0.050.543-3

Art.3º- Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art.4º- O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME nº 07/14.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 103, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art.1º- Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI PADRE NENO, localizado à Rua Agripiano Barros, nº 113, Jardim Marilu, São Paulo, mantido pela Associação Clube de Mães Raio

de Sol, CNPJ 73.001.448/0001-01, autorizado pela Portaria nº 102/16.

Art.2º- A Diretoria Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá, responsável pela supervisão da Instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO - PIRITUBA /JARAGUÁ

PORTARIA Nº 104, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do PA nº 2016 –0.244.965-8, expede a presente Portaria:

Art.1º- Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do § 3º art. 7 da Deliberação CME nº 07/14 o funcionamento do CEI MARIA ANTONIA DE SOUZA, situado a Rua Agripiano Barros, nº 272, Jardim Marilu, São Paulo, mantido pelo Instituto Cidadão Brasileiro Participativo, CNPJ 07.189.118/0001-59, com a finalidade de atender crianças na faixa etária definida no Plano de Trabalho da Instituição.

Art.2º- A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do PA nº 2012-0.326.929-0

Art.3º- Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e às demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art.4º- O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME nº 07/14.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 105, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, expede a presente Portaria:

Art.1º- Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI MARIA ANTONIA DE SOUZA, localizado à Rua Agripiano Barros, nº 272, Jardim Marilu, São Paulo, mantido pelo Instituto Cidadão Brasileiro Participativo - ICIBAP, CNPJ 07.189.118/0001-59, autorizado pela Portaria nº 104.

Art.2º- A Diretoria Regional de Educação de Pirituba/Jaraguá, responsável pela supervisão da Instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO LIMPO

PORTARIA Nº 307, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016

O Diretor Regional de Educação Campo Limpo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias SME nº 2.453/15, com fundamento na Deliberação CME nº 07/14, e do que consta do Protocolado nº 16.72.031*2011 expede a presente Portaria:

Art. 1º - Fica prorrogada, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CME nº 07/14 a autorização de funcionamento concedida em caráter provisório, pela Portaria nº 216/12, DOC de 22/11/12 e alterada pela Portaria nº 299/14, DIC de 20/11/14, do CEI CAMINHAR I, localizado na Rua Joaquim Xavier Curado, 203 – Parque Ipê – São Paulo - SP, mantido por ASSOCIAÇÃO DE MORADIA HORTO DO IPÊ E ADJACÊNCIAS, CNPJ: 05.081.067/0001-11 com a finalidade de atender crianças na faixa etária da Educação Infantil definida no Plano de Trabalho da instituição.

Art. 2º - A prorrogação de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do disposto na Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do P.A. 2016-0.208.648-2.

Art. 3º - Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º - O não cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria pelo mantenedor importará nos procedimentos previstos no art. 26 da Deliberação CME 07/14.